

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE JULHO DE 2014
(Do Sr. EURICO JUNIOR)

Requer ao Senhor Ministro da Saúde, Antônio Chioro, informações sobre a Anvisa e os procedimentos para registro de agrotóxicos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Saúde, Antônio Chioro, informações sobre o repasse para os preços de medicamentos da desoneração promovida pelo Governo Federal

A Lei nº 10.742/03, que regula o setor farmacêutico, criou a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED. Em seu Art. 6º, inciso X, esta Câmara estabelece que das suas competências seja “assegurar o efetivo repasse aos preços dos medicamentos de qualquer alteração da carga tributária”. Consta que o setor teria tido uma desoneração em torno de 65% nos últimos anos. Diante disto, indagamos:

1. Quais as categorias de medicamentos beneficiadas com a desoneração total ou parcial da carga tributária aplicada nos últimos 10 anos? Qual o percentual médio dessa desoneração?
2. Quais os valores compreendidos da desoneração para o setor? Quanto o Governo deixou de arrecadar nos últimos cinco anos?
3. Quais os critérios adotados para esta desoneração?
4. Quais os procedimentos adotados pela ANVISA para garantir, na forma da lei, o repasse para os preços dos medicamentos das alterações da carga tributária? Como se dá a fiscalização para o cumprimento deste dispositivo?
5. A Anvisa detectou falhas no cumprimento dessa legislação? Há segmentos ou indústrias que não estão cumprindo a legislação? Em caso positivo, que

providências foram adotadas para que isto seja corrigido? Solicitamos a lista dos fabricantes que não cumpriram a legislação.

6. É possível afirmar que os valores dos medicamentos sofreram redução proporcional ao que foi desonerado? Em que casos isto aconteceu?

Deputado **EURICO JUNIOR**

PV-RJ